

22 SET 2002

Brasília, domingo, 22 de setembro de 2002

19

F. Brasília

## O CORREIO PERGUNTA...

O senhor é a favor do tombamento de Brasília? Se eleito, quais serão suas medidas para preservar a cidade?

## Patrimônio agredido

Tiago Faria  
Da equipe do Correio

Em período eleitoral, Brasília mal respira. Espalhada em postes, jardins e na beira de pistas, a propaganda de políticos esconde belezas naturais e monumentos históricos. Depois da eleição, a sujeira que tanto irrita os moradores irá para a lata do lixo. Mas outro problema permanecerá: as agressões diárias que sofre a cidade tombada em 1987, pela Unesco, como Patrimônio da Humanidade.

Elas estão em todos os lugares e se multiplicam com o tempo. No centro da cidade, grandes painéis de publicidade tomam prédios e fachadas. Na Asa Norte e Asa Sul, as invasões de área pública estão na ordem do dia das quadras comerciais locais. Pilotis são transformados em estacionamento de veículos, coberturas irregulares

são criadas em prédios residenciais. Mesmo sem os cartazes de candidatos, Brasília terá dificuldades para tomar ar.

A cada novo governador que assume o Palácio do Buriti, maiores são as reivindicações da sociedade quando o assunto é preservação da área tombada. E maiores proporções ganha a questão. Hoje, quando pensam no futuro de Brasília, os especialistas no tema voltam os olhos para as cidades que estão na margem do que foi considerado patrimônio.

“O Plano Piloto recebe sobrecarga de população. Deveria suportar 500 mil pessoas, mas atende a dois milhões. O governo deveria criar empregos nas cidades próximas, para deflacionar o trânsito no Plano”, opina Cláudio Queiroz, superintendente do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan), órgão responsável por policiar as agressões ao tombamento.

O sonho de Lucio Costa e Oscar Niemeyer é vítima constante da especulação imobiliária e de projetos de lei que modificam destinações de áreas. O Plano Diretor de Publicidade, que ordena o uso das áreas públicas de Brasília para anúncios, começou a ser discutido há dois anos. Até hoje, não saiu do papel. O texto final foi aprovado na Câmara, mas não foi sancionado. A criação de zona de proteção em torno da área tombada ficou de fora do projeto aprovado.

## QUATRO ESCALAS

Enquanto isso, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação inicia os trabalhos do Plano Diretor da Área de Preservação de Brasília. O projeto, que pretende orientar a ocupação urbana na área tombada, não deve ser finalizado ainda este ano. Estará na pauta apenas do próximo

Ronaldo de Oliveira



TOMBADA EM 1987, A CIDADE TEM SIDO VÍTIMA DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E MUDANÇA NA DESTINAÇÃO DE ÁREAS

governo. Entidades já foram convocadas para opinar sobre a elaboração do Plano Diretor. “É um projeto que ainda está no início, ainda incipiente”, diz Sérgio Brandão, presidente da seção Distrito Federal do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/DF).

Apesar de patrimônio mundial desde 1987, as regras do tombamento de Brasília só fo-

ram definidas em 1992. A norma principal de preservação traduz a essência do projeto do urbanista Lucio Costa ao dividir a cidade em quatro escalas — a bucólica, a gregária, a residencial e a monumental. “O importante é não ferir as escalas”, diz Tânia Battella, arquiteta e urbanista do IAB/DF.

De acordo com a escala bucólica, por exemplo, áreas ver-

des devem predominar sobre espaços urbanos. Com a especulação de empresários, entretanto, os blocos de apartamentos vão ficando mais altos e tomam cada vez mais espaços verdes. “O próximo governo precisa promover uma reversão nessa cultura de permissividade que existe aqui”, afirma Cláudio Queiroz, gerente regional do Iphan.

## ...E OS CANDIDATOS RESPONDEM

GERALDO  
MAGELA

Sou favorável ao tombamento. É necessário observar as normas de proteção urbanística e as disposições do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e dos Planos Diretores Locais, desrespeitadas por iniciativas públicas, a exemplo das leis editadas para alterar o uso de áreas urbanas, fazendo prevalecer o interesse individual sobre o coletivo, o privado sobre o público. Essa forma de ocupação urbana não contribui para resolver problemas como a falta de moradia para classes menos privilegiadas.

BENEDITO  
DOMINGOS

O Plano Piloto foi tombado pela Unesco devido à sua peculiar arquitetura, seu modelo urbano de cidade planejada. Não podemos perder esse título, deturpar o Plano como está sendo feito. Começam a inventar novas normas, a modificar a setorização de áreas, colocar comércio em locais não previstos. Eu irei manter uma fiscalização severa. O Iphan deverá ser consultado com muita atenção e respeito para evitar que os interesses eleitorais e políticos se sobreponham aos da cidade.

GUILHERME  
TROTTA

Claro! Brasília já é tombada como Patrimônio da Humanidade. Por esse motivo, temos que preservar o nosso querido Distrito Federal. Sou o único candidato a ter coragem de apresentar um projeto de governo no qual consta a extinção da Câmara Legislativa, a municipalização das satélites, com o povo elegendo seus prefeitos, criando assim o Estado de Brasília, com o DF vinculado diretamente à Presidência da República, prometendo um governo de transição, como se nossa eleição fosse um plebiscito, deixando a critério da população essa decisão.

CARLOS  
ALBERTO

Sou a favor da preservação e em meu governo não permitirei qualquer desrespeito à cidade. Teremos respeito para com nossa história, com a capital de todos os brasileiros que contribuem para que ela seja limpa, segura, bonita, digna, como sempre foi, de representar nosso país. O momento por que passa Brasília, com construções não previstas e outros aviltamentos é fruto do crescimento predatório. Planejo um desenvolvimento sustentável com base na indústria do conhecimento, da informação, do lazer e serviços.

ATÉ O FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO, OS CANDIDATOS ORLANDO CARIELLO, EXPEDITO MENDONÇA E JOAQUIM RORIZ NÃO HAVIAM RESPONDIDO.

RODRIGO  
ROLLEMBERG

Sou totalmente favorável ao tombamento de Brasília, único núcleo urbano contemporâneo do mundo considerado digno de ser Patrimônio da Humanidade. Isso representa não só o reconhecimento de um novo conceito de arquitetura e urbanismo, como de um novo jeito de morar. Vamos investir em sinalização para o acesso de portadores de necessidades especiais. Seremos parceiros do Iphan e da Unesco. Combateremos invasões. Incentivaremos a educação patrimonial, melhor meio de conscientizar a população.